

rafael calmon

# recursos

nas ações de família  
e de sucessões

1ª edição  
2024

saraiva  jur



Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 4º andar  
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100

**SAC** | [sac.sets@saraivaeducacao.com.br](mailto:sac.sets@saraivaeducacao.com.br)

<b>Diretoria executiva</b>	Rávia Alves Bravin
<b>Diretoria editorial</b>	Ana Paula Santos Matos
<b>Gerência de produção e projetos</b>	Fernando Penteado
<b>Gerência editorial</b>	Thais Cassoli Reato César
<b>Novos projetos</b>	Aline Darcy Flôr de Souza Dalila Costa de Oliveira
<b>Edição</b>	Livia Céspedes (coord.) Estevão Bula Gonçalves
<b>Design e produção</b>	Jeferson Costa da Silva (coord.) Camilla Cianelli Guilherme Henrique M. Salvador Lais Soriano Rosana Peroni Fazolari Tiago Dela Rosa
<b>Planejamento e projetos</b>	Cintia Aparecida dos Santos Daniela Maria Chaves Carvalho Emily Larissa Ferreira da Silva Kelli Priscila Pinto
<b>Revisão</b>	Juliana Bormio
<b>Diagramação</b>	Tangente Design
<b>Capa</b>	Tiago Dela Rosa
<b>Produção gráfica</b>	Mari Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
<b>Impressão e acabamento</b>	Gráfica Paym

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP) DE ACORDO COM ISBD**

**VAGNER RODOLFO DA SILVA – CRB-8/9410**

R196r	Rangel, Rafael Calmon Recursos nas Ações de Família e de Sucessões / Rafael Calmon Rangel. - São Paulo : SaraivaJur, 2024. 272 p. ISBN 978-65-5362-385-9 1. Direito. 2. Direito familiar. 3. Sucessões. I. Título.
2024-1684	CDD 342.16 CDU 347.61

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Direito familiar	342.16
2. Direito familiar	347.61

**Data de fechamento da edição: 01-09-2024**

Dúvidas? Acesse [www.saraivaeducacao.com.br](http://www.saraivaeducacao.com.br)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CÓD. OBRA  CL  CAE

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>XV</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>XVII</b>
<b>PREFÁCIO</b> .....	<b>XIV</b>

## parte I

<b>a teoria geral dos recursos cíveis</b> .....	<b>1</b>
<b>1 A TEORIA GERAL DOS RECURSOS CÍVEIS</b> .....	<b>2</b>
<b>NOÇÕES GERAIS</b> .....	<b>2</b>
<b>2 OS PRONUNCIAMENTOS JUDICIAIS E SUA RECORRIBILIDADE</b> .....	<b>5</b>
<b>2.1 OS PRONUNCIAMENTOS JUDICIAIS PROFERIDOS PELOS JUÍZES</b> .....	<b>5</b>
<b>2.1.1 A sentença</b> .....	<b>6</b>
<b>2.1.1.1 A sentença como pronunciamento que coloca fim à fase cognitiva do procedimento comum, com fundamento nos arts. 485 ou 487 do CPC</b> .....	<b>7</b>
<b>2.1.1.1.1 A sentença proferida nos procedimentos especiais</b> .....	<b>10</b>
<b>2.1.1.1.2 A sentença homologatória</b> .....	<b>12</b>
<b>2.1.1.2 A sentença como pronunciamento que extingue a execução</b> .....	<b>15</b>
<b>2.1.1.3 A estrutura da sentença</b> .....	<b>16</b>
<b>2.1.1.3.1 O relatório</b> .....	<b>17</b>
<b>2.1.1.3.2 A fundamentação</b> .....	<b>17</b>
<b>2.1.1.3.2.1 A fundamentação da sentença como instrumento de reforço ao sistema brasileiro de precedentes qualificados</b> .....	<b>19</b>
<b>2.1.1.3.2.2 Fundamentação adequada x fundamentação inadequada</b> .....	<b>21</b>
<b>2.1.1.3.2.3 A eficácia processual do art. 489, § 1º, do CPC</b> .....	<b>24</b>
<b>2.1.1.3.3 O dispositivo</b> .....	<b>25</b>
<b>2.1.1.3.3.1 Os capítulos de sentença</b> .....	<b>25</b>
<b>2.1.2 A decisão interlocutória</b> .....	<b>26</b>
<b>2.1.2.1 A desvinculação a conteúdo e finalidade específicos</b> .....	<b>27</b>
<b>2.1.2.2 Decisões interlocutórias agraváveis x Decisões interlocutórias inagraváveis</b> .....	<b>29</b>
<b>2.1.3 O despacho</b> .....	<b>32</b>
<b>2.1.3.1 Os falsos despachos</b> .....	<b>33</b>
<b>2.1.4 Os atos omissivos do juiz: o silêncio do órgão julgador como indeferimento por via transversa</b> .....	<b>34</b>
<b>2.2 OS PRONUNCIAMENTOS JUDICIAIS PROFERIDOS PELOS TRIBUNAIS</b> .....	<b>35</b>
<b>2.3 OS EFEITOS DOS PRONUNCIAMENTOS JUDICIAIS</b> .....	<b>37</b>

<b>3 OS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DOS PRONUNCIAMENTOS JUDICIAIS</b> .....	<b>40</b>
<b>NOÇÕES GERAIS</b> .....	<b>40</b>
<b>3.1 OS RECURSOS</b> .....	<b>41</b>
3.1.1 O conceito de recursos.....	41
3.1.2 A natureza jurídica dos recursos.....	42
3.1.3 As características dos recursos.....	42
3.1.3.1 A necessidade de previsão legal específica.....	42
3.1.3.2 A relativa delimitação subjetiva.....	43
3.1.3.3 A dependência de provocação por uma pessoa interessada.....	44
3.1.3.4 O propósito específico.....	45
3.1.3.5 O caráter incidental.....	45
<b>3.2 OS RECURSOS PREVISTOS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL</b> .....	<b>46</b>
3.2.1 A relação pronunciamentos judiciais x recursos.....	47
<b>4 OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DOS RECURSOS</b> .....	<b>50</b>
<b>NOÇÕES GERAIS</b> .....	<b>50</b>
<b>4.1 DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO</b> .....	<b>51</b>
<b>4.2 TAXATIVIDADE</b> .....	<b>51</b>
<b>4.3 SINGULARIDADE OU UNIRRECORRIBILIDADE</b> .....	<b>52</b>
<b>4.4 FUNGIBILIDADE</b> .....	<b>54</b>
<b>4.5 VOLUNTARIEDADE</b> .....	<b>57</b>
<b>4.6 DIALETICIDADE</b> .....	<b>57</b>
<b>4.7 PROIBIÇÃO DA REFORMA PARA PIOR (NON REFORMATIO IN PEJUS)</b> .....	<b>60</b>
<b>4.8 CONSUMAÇÃO OU NÃO COMPLEMENTARIDADE</b> .....	<b>62</b>
<b>4.9 APROVEITAMENTO OU PRIMAZIA DO MÉRITO RECURSAL</b> .....	<b>63</b>
<b>5 A CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS</b> .....	<b>64</b>
<b>5.1 RECURSOS INDEPENDENTES E SUBORDINADOS</b> .....	<b>64</b>
<b>5.2 RECURSOS DE FUNDAMENTAÇÃO LIVRE E RECURSOS DE FUNDAMENTAÇÃO VINCULADA</b> .....	<b>67</b>
<b>5.3 RECURSOS ORDINÁRIOS E EXTRAORDINÁRIOS (OU EXCEPCIONAIS)</b> .....	<b>67</b>
<b>5.4 RECURSOS TOTAIS E RECURSOS PARCIAIS</b> .....	<b>68</b>
<b>6 AS ESPECIFICIDADES DOS RECURSOS NAS AÇÕES DE FAMÍLIA E SUCESSÕES</b> .....	<b>69</b>
<b>NOÇÕES GERAIS</b> .....	<b>69</b>
<b>6.1 A EXISTÊNCIA DE RELAÇÃO AFETIVA ENTRE AS PESSOAS QUE SE ENCONTRAM EM CONFLITO</b> .....	<b>70</b>
<b>6.2 AS PARTICULARIDADES DAS NORMAS DE DIREITO DAS FAMÍLIAS E DAS SUCESSÕES</b> .....	<b>72</b>
<b>6.3 A PRESENÇA DE INCAPAZES E DE PESSOAS VULNERÁVEIS</b> .....	<b>72</b>
<b>6.4 A INDISPONIBILIDADE DO DIREITO EM DISCUSSÃO</b> .....	<b>74</b>

<b>7</b>	<b>JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE E JUÍZO DE MÉRITO DOS RECURSOS</b> .....	<b>76</b>
	<b>NOÇÕES GERAIS</b> .....	<b>76</b>
<b>7.1</b>	<b>O JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL</b> .....	<b>77</b>
<b>7.2</b>	<b>O JUÍZO DE MÉRITO RECURSAL</b> .....	<b>78</b>
<b>7.3</b>	<b>A DECISÃO QUE ENCERRA O JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE: NATUREZA JURÍDICA, EFICÁCIA E RECORRIBILIDADE</b> .....	<b>79</b>
<b>7.3.1</b>	<b>A decisão de inadmissibilidade de recurso manifestamente inadmissível</b> .....	<b>82</b>
<b>8</b>	<b>OS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DOS RECURSOS</b> .....	<b>84</b>
<b>8.1</b>	<b>CABIMENTO E ADEQUAÇÃO</b> .....	<b>85</b>
<b>8.2</b>	<b>TEMPESTIVIDADE</b> .....	<b>86</b>
<b>8.3</b>	<b>REGULARIDADE FORMAL</b> .....	<b>89</b>
<b>8.4</b>	<b>PREPARO</b> .....	<b>90</b>
<b>8.5</b>	<b>LEGITIMIDADE RECURSAL</b> .....	<b>92</b>
<b>8.6</b>	<b>INTERESSE RECURSAL</b> .....	<b>93</b>
<b>8.6.1</b>	<b>O interesse recursal do terceiro</b> .....	<b>94</b>
<b>8.6.2</b>	<b>O interesse recursal do Ministério Público</b> .....	<b>94</b>
<b>8.6.2.1</b>	<b>A intervenção do MP nas ações de família e sucessões</b> .....	<b>95</b>
<b>8.6.2.1.1</b>	<b>A intimação do MP nas ações de família e sucessões</b> .....	<b>96</b>
<b>8.6.2.2</b>	<b>A intervenção do MP nos recursos de família e sucessões</b> .....	<b>97</b>
<b>8.7</b>	<b>INEXISTÊNCIA DE INCOMPATIBILIDADES COM O DIREITO DE RECORRER</b> .....	<b>100</b>
<b>8.7.1</b>	<b>A desistência do recurso</b> .....	<b>100</b>
<b>8.7.2</b>	<b>A renúncia ao direito de recorrer</b> .....	<b>102</b>
<b>8.7.3</b>	<b>A aceitação da decisão</b> .....	<b>104</b>
<b>8.7.4</b>	<b>Outras incompatibilidades com o direito de recorrer</b> .....	<b>105</b>
<b>9</b>	<b>A COMPETÊNCIA RECURSAL</b> .....	<b>107</b>
<b>10</b>	<b>OS PRAZOS RECURSAIS</b> .....	<b>109</b>
	<b>NOÇÕES GERAIS</b> .....	<b>109</b>
<b>10.1</b>	<b>O MARCO INICIAL DA CONTAGEM DOS PRAZOS PROCESSUAIS</b> .....	<b>110</b>
<b>10.2</b>	<b>A INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA (IMPRESSO E ELETRÔNICO)</b> .....	<b>112</b>
<b>10.3</b>	<b>A INTIMAÇÃO PARA CUMPRIMENTO PESSOAL DE DETERMINAÇÃO JUDICIAL</b> .....	<b>113</b>
<b>11</b>	<b>OS EFEITOS DOS RECURSOS</b> .....	<b>116</b>
	<b>NOÇÕES GERAIS</b> .....	<b>116</b>
<b>11.1</b>	<b>O EFEITO OBSTATIVO OU IMPEDITIVO</b> .....	<b>117</b>

<b>11.2 O EFEITO DEVOLUTIVO</b> .....	118
11.2.1 A amplitude do efeito devolutivo (dimensão horizontal) .....	118
11.2.2 A profundidade do efeito devolutivo (dimensão vertical) .....	120
<b>11.3 O EFEITO TRANSLATIVO</b> .....	121
<b>11.4 O EFEITO SUSPENSIVO</b> .....	123
<b>11.5 O EFEITO REGRESSIVO</b> .....	127
<b>11.6 O EFEITO EXPANSIVO</b> .....	128
<b>11.7 O EFEITO SUBSTITUTIVO</b> .....	129
<b>11.8 OS EFEITOS INTEGRATIVO, INTERRUPTIVO E INFRINGENTE (EMBARGOS DE DECLARAÇÃO)</b> .....	129
<b>11.9 O EFEITO ATIVO</b> .....	131
<b>12 A TUTELA PROVISÓRIA RECURSAL</b> .....	132
<b>NOÇÕES GERAIS</b> .....	132
12.1 A TUTELA PROVISÓRIA GENÉRICA .....	133
12.2 A TUTELA PROVISÓRIA RECURSAL: CABIMENTO, REQUERIMENTO E COMPETÊNCIA PARA CONCESSÃO .....	134
12.2.1 A tutela provisória recursal liminar: o efeito ativo e o efeito suspensivo <i>ope judicis</i> .....	136
<b>13 OS HONORÁRIOS RECURSAIS</b> .....	141
<b>NOÇÕES GERAIS</b> .....	141
<b>14 A TRAMITAÇÃO DOS RECURSOS NOS TRIBUNAIS</b> .....	144
<b>14.1 O PROCEDIMENTO RECURSAL</b> .....	144
14.1.1 A ordem de julgamento dos recursos nos tribunais .....	145
14.1.2 A distribuição, o encaminhamento e a prevenção do relator .....	145
<b>14.2 OS PODERES DO RELATOR</b> .....	146
14.2.1 O deferimento de provas, a análise da tutela provisória e a correção de irregularidades .....	147
14.2.2 A admissibilidade recursal: entre o conhecimento e o não conhecimento .....	147
<b>14.3 O JUÍZO DE MÉRITO RECURSAL: ENTRE O PROVIMENTO E O IMPROVIMENTO</b> .....	148
14.3.1 O julgamento monocrático do recurso: entre o provimento e o improvido liminares .....	148
14.3.2 O julgamento colegiado do recurso: a sessão de julgamento .....	150
<b>14.4 A SUSTENTAÇÃO ORAL</b> .....	150
14.4.1 A sustentação oral nos recursos de família e de sucessões .....	152
<b>14.5 O PROSSEGUIMENTO DA SESSÃO DE JULGAMENTO</b> .....	153
<b>14.6 O PEDIDO DE VISTA E A CONCLUSÃO DO JULGAMENTO</b> .....	154
<b>14.7 A TÉCNICA DE AMPLIAÇÃO DO COLEGIADO (CPC, ART. 942)</b> .....	155

os recursos em espécie.....	157
<b>1 OS RECURSOS EM ESPÉCIE.....</b>	<b>158</b>
NOÇÕES GERAIS.....	158
<b>2 A APELAÇÃO.....</b>	<b>160</b>
<b>2.1 CONCEITO E HIPÓTESES DE CABIMENTO.....</b>	<b>160</b>
2.1.1 A apelação contra sentença.....	162
2.1.2 A apelação contra decisão interlocutória.....	162
<b>2.2 O PRAZO DE INTERPOSIÇÃO DA APELAÇÃO.....</b>	<b>164</b>
<b>2.3 A PETIÇÃO INICIAL DA APELAÇÃO: FORMA E CONTEÚDO.....</b>	<b>165</b>
<b>2.4 O PREPARO NA APELAÇÃO.....</b>	<b>166</b>
<b>2.5 O JUÍZO EM QUE É INTERPOSTA E O JUÍZO AO QUAL É REMETIDA A APELAÇÃO.....</b>	<b>166</b>
<b>2.6 O JUÍZO DE RETRATAÇÃO NA APELAÇÃO (EFEITO REGRESSIVO).....</b>	<b>167</b>
<b>2.7 O PROCEDIMENTO DA APELAÇÃO NO TRIBUNAL.....</b>	<b>167</b>
<b>2.8 AS DECISÕES MONOCRÁTICAS PROFERIDAS NA APELAÇÃO.....</b>	<b>167</b>
<b>2.9 OS EFEITOS DA APELAÇÃO E A TUTELA PROVISÓRIA RECURSAL NA APELAÇÃO.....</b>	<b>170</b>
<b>2.10 AS MATÉRIAS TRANSFERIDAS AO TRIBUNAL PELO EFEITO DEVOLUTIVO DA APELAÇÃO.....</b>	<b>172</b>
<b>2.11 AS ESPECIFICIDADES DAS MATÉRIAS DE FAMÍLIA E SUCESSÕES.....</b>	<b>173</b>
<b>2.12 A PRODUÇÃO DE PROVAS NA APELAÇÃO.....</b>	<b>175</b>
<b>2.13 A DECISÃO COLEGIADA DA APELAÇÃO: A SESSÃO DE JULGAMENTO.....</b>	<b>176</b>
<b>2.14 A SUSTENTAÇÃO ORAL NA APELAÇÃO.....</b>	<b>176</b>
<b>2.15 A “TEORIA DA CAUSA MADURA” NA APELAÇÃO: CPC, ART. 1.013, §§ 3º E 4º.....</b>	<b>177</b>
<b>2.16 O FATO SUPERVENIENTE NA APELAÇÃO.....</b>	<b>179</b>
<b>3 O AGRAVO DE INSTRUMENTO.....</b>	<b>181</b>
<b>3.1 CONCEITO E HIPÓTESES DE CABIMENTO.....</b>	<b>181</b>
3.1.1 Decisões interlocutórias agraváveis e inagraváveis em conformidade com o STJ.....	183
3.1.2 Decisões interlocutórias agraváveis e inagraváveis em conformidade com a literatura.....	186
<b>3.2 O PRAZO DE INTERPOSIÇÃO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO.....</b>	<b>187</b>
<b>3.3 A PETIÇÃO INICIAL DO AGRAVO DE INSTRUMENTO: FORMA E CONTEÚDO.....</b>	<b>187</b>
<b>3.4 O PREPARO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO.....</b>	<b>189</b>
<b>3.5 O JUÍZO EM QUE É INTERPOSTO E O JUÍZO AO QUAL É REMETIDO O AGRAVO DE INSTRUMENTO.....</b>	<b>189</b>
<b>3.6 O PROCEDIMENTO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO NO TRIBUNAL.....</b>	<b>189</b>
<b>3.7 AS DECISÕES MONOCRÁTICAS NO AGRAVO DE INSTRUMENTO.....</b>	<b>189</b>

3.8	O JUÍZO DE RETRATAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO .....	192
3.9	OS EFEITOS DO AGRAVO DE INSTRUMENTO E A TUTELA PROVISÓRIA RECURSAL .....	193
3.10	AS MATÉRIAS TRANSFERIDAS AO TRIBUNAL PELO EFEITO DEVOLUTIVO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO .....	193
3.11	AS ESPECIFICIDADES DAS MATÉRIAS DE FAMÍLIA E SUCESSÕES NO AGRAVO DE INSTRUMENTO .....	194
3.12	A PRODUÇÃO DE PROVAS NO AGRAVO DE INSTRUMENTO .....	196
3.13	A DECISÃO COLEGIADA DO AGRAVO DE INSTRUMENTO: A SESSÃO DE JULGAMENTO .....	196
3.14	A SUSTENTAÇÃO ORAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO .....	197
3.15	A PROLAÇÃO DA SENTENÇA E O AGRAVO DE INSTRUMENTO PENDENTE DE JULGAMENTO .....	198
<b>4</b>	<b>O AGRAVO INTERNO .....</b>	<b>200</b>
4.1	CONCEITO E HIPÓTESES DE CABIMENTO .....	200
4.2	O PRAZO DE INTERPOSIÇÃO DO AGRAVO INTERNO .....	202
4.3	A PETIÇÃO INICIAL DO AGRAVO INTERNO: FORMA E CONTEÚDO .....	202
4.4	O JUÍZO EM QUE É INTERPOSTO E O JUÍZO AO QUAL É REMETIDO O AGRAVO INTERNO .....	202
4.5	O PROCEDIMENTO DO AGRAVO INTERNO NO TRIBUNAL .....	203
4.6	O PREPARO DO AGRAVO INTERNO .....	203
4.7	AS DECISÕES MONOCRÁTICAS NO AGRAVO INTERNO .....	203
4.8	O JUÍZO DE RETRATAÇÃO NO AGRAVO INTERNO .....	204
4.9	OS EFEITOS DO AGRAVO INTERNO E A TUTELA PROVISÓRIA RECURSAL .....	204
4.10	AS MATÉRIAS TRANSFERIDAS AO TRIBUNAL PELO EFEITO DEVOLUTIVO DO AGRAVO INTERNO .....	204
4.11	A DECISÃO COLEGIADA DO AGRAVO INTERNO: A SESSÃO DE JULGAMENTO .....	204
4.12	A SUSTENTAÇÃO ORAL NO AGRAVO INTERNO .....	204
4.13	O AGRAVO INTERNO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL OU IMPROCEDENTE .....	205
<b>5</b>	<b>OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO .....</b>	<b>207</b>
5.1	CONCEITO E HIPÓTESES DE CABIMENTO .....	207
5.1.1	A obscuridade (CPC, art. 1.022, I, primeira frase) .....	208
5.1.2	A confradição (art. 1.022, I, segunda frase) .....	208
5.1.3	A omissão (CPC, art. 1.022, II) .....	209
5.1.3.1	A omissão quanto ao direito e ao valor dos honorários de advogado (CPC, art. 85, § 18) .....	211
5.1.4	O Erro material (art. 1.022, III) .....	211
5.1.5	Outras hipóteses de cabimento dos embargos de declaração .....	211
5.2	O PRAZO DE OPOSIÇÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO .....	212
5.3	A PETIÇÃO INICIAL DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO: FORMA E CONTEÚDO .....	213
5.4	O JUÍZO EM QUE SÃO INTERPOSTOS E O JUÍZO AO QUAL SÃO REMETIDOS OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO .....	213
5.5	O PROCEDIMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO .....	214
5.6	A DESNECESSIDADE DE PREPARO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO .....	214

<b>5.7 AS DECISÕES MONOCRÁTICAS NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO</b> .....	214
<b>5.8 OS EFEITOS DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO E A TUTELA PROVISÓRIA RECURSAL</b> .....	215
5.8.1 As consequências projetadas pelo efeito modificativo sobre outro recurso interposto .....	216
<b>5.9 AS MATÉRIAS TRANSFERIDAS AO ÓRGÃO JULGADOR PELO EFEITO DEVOLUTIVO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO</b> .....	217
<b>5.10 A DECISÃO COLEGIADA DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO: A MESA DE JULGAMENTO</b> .....	217
<b>5.11 FUNGIBILIDADE ENTRE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO E AGRAVO INTERNO</b> .....	218
<b>5.12 A SUSTENTAÇÃO ORAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO</b> .....	218
<b>5.13 OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO MANIFESTAMENTE PROTETATÓRIOS</b> .....	219

parte III

<b>os sucedâneos recursais e as ações autônomas de impugnação</b> .....	223
<b>1 OS SUCEDÂNEOS RECURSAIS E AS AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO</b> .....	224
<b>NOÇÕES GERAIS</b> .....	224
<b>2 OS SUCEDÂNEOS RECURSAIS</b> .....	226
<b>2.1 A CORREIÇÃO PARCIAL</b> .....	226
<b>2.2 O PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO</b> .....	227
<b>3 AS AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO</b> .....	230
<b>3.1 O HABEAS CORPUS</b> .....	230
3.1.1 <i>Habeas corpus</i> repressivo x <i>habeas corpus</i> preventivo.....	231
3.1.2 A competência para processamento e julgamento do <i>habeas corpus</i> .....	232
3.1.3 O procedimento do <i>habeas corpus</i> .....	232
3.1.4 A ampliação das hipóteses de cabimento do <i>habeas corpus</i> .....	234
3.1.5 O <i>habeas corpus</i> nas ações de família e sucessões.....	236
<b>3.2 A AÇÃO ANULATÓRIA DE PARTILHA AMIGÁVEL</b> .....	243
3.2.1 Hipóteses de cabimento da ação anulatória de partilha amigável.....	243
3.2.2 O procedimento da ação anulatória de partilha amigável.....	245
3.2.3 Ação anulatória de partilha amigável x Ação rescisória de partilha julgada.....	246
3.2.4 Ação anulatória de partilha amigável x Ação anulatória de atos de disposição de direitos.....	247
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	251